



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

O ESTADO DE BEM-ESTAR E O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Rosa Emília Machado de Alencar¹
Pollyana Venancio da Silva²

Resumo: O presente texto tem, por objetivo, apresentar de forma breve a discussão acerca do chamado Estado de Bem-Estar no Serviço Social brasileiro contemporâneo. Para tal, nos apropriamos das análises realizadas por Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti (2009) e Sergio Lessa (2012), a partir das quais foi possível apreendermos o processo de constituição e os principais aspectos desse período, bem como as refrações da questão social identificadas nesse contexto histórico.

Palavras-chave: Estado de Bem-Estar Social, Serviço Social e Questão Social.

Abstract: The present text aims to present briefly the discussion about the so-called Welfare State in contemporary Brazilian Social Service. To that end, we approve the analyzes made by Elaine Rossetti Behring and Ivanete Boschetti (2009) and Sergio Lessa (2011), from which it was possible to grasp the constitution process and the main aspects of this period, as well as the refractions of the social question identified in this historical context.

Keywords: Welfare State, Social Service and Social Issues.

1. INTRODUÇÃO

É lugar comum na literatura em Serviço Social a produção de estudos sobre o chamado Estado de Bem-Estar. Grosso modo, esses estudos apontam a existência de um período na história do modo de produção capitalista no qual o Estado atuava no sentido de atender tanto as demandas do grande capital, como as da classe trabalhadora.

Contudo, vale ressaltar que esta é a análise predominante a respeito do que teria sido o Estado de Bem-Estar Social, mas não a única. Por isso, buscamos apreender em nosso trabalho um pouco do debate acerca desta problemática. Neste sentido, fizemos o estudo do capítulo 3 - *Keynesianismo-fordismo e a generalização da política social*, que está presente no livro *Política Social: fundamentos e história* da Biblioteca Básica de Serviço Social de autoria de Elaine Behring e Boschetti (2009) que expressa, a nosso ver, a perspectiva de análise predominante acerca do chamado Estado de Bem-Estar Social no Serviço Social brasileiro e do

¹ Professora com Formação em Serviço Social. Faculdade de Tecnologia de Alagoas. E-mail: <rosaalencar.professora@gmail.com>.

² Profissional de Serviço Social. Hospital Escola Portugal Ramalho. E-mail: <rosaalencar.professora@gmail.com>.

livro – *Capital e Estado de Bem estar: o caráter de classe das políticas públicas* de Lessa (2012), no qual o autor apresenta novos elementos à discussão acerca desta categoria nas ciências humanas como um todo e no Serviço Social.

Nosso trabalho está dividido em dois tópicos nos quais problematizamos, respectivamente, as análises de Behring e Boschetti (2009) e Lessa (2011). Procuramos, dentro do possível neste tipo de trabalho, captar os apontamentos e teses centrais dos referidos autores acerca do nosso objeto de estudo.

2. SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E ESTADO DE BEM-ESTAR: A QUE PONTO CHEGAMOS

Começamos nossa reflexão sobre o chamado Estado de Bem-Estar pelos apontamentos de Behring e Boschetti (2009). Vemos que para as referidas autoras os principais delineamentos do que viria a ser o chamado Estado de Bem-Estar Social começou a tomar forma a partir da crise de 1929 - 1932. Tal crise, como se sabe, foi a crise cíclica³ mais avassaladora que já aturdiu o modo de produção capitalista, gerou mudanças significativas na forma de produção e reprodução do sistema do capital que se consolidaram no período pós-Segunda Guerra Mundial e expressaram sinais de esgotamento a partir dos anos 1960, juntamente com a crise do padrão de acumulação fordista.

No pós Segunda Guerra Mundial o capitalismo adentrou sua fase madura. Esta fase denominada os “30 anos dourados” do capitalismo teriam sido marcados por ganhos tanto para o capital como para o trabalho. Os Estados sociais teriam sido os responsáveis por mediar este acordo, de forma “benéfica” para ambas as partes: ao grande capital expansão, altas taxas de lucro e ganhos produtivos; para os trabalhadores generalização das políticas sociais.

Dentre os fatores centrais que contribuíram para a emersão dos Estados sociais, Behring e Boschetti (2009) destacam a importância da contestação de John Maynard Keynes ao liberalismo ortodoxo. Para as referidas autoras “o liberalismo heterodoxo de Keynes e seus seguidores é a expressão intelectual sistemática das propostas de saída da profunda crise cujo ápice foram os anos de 1929-1932” (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 83).

3. As primeiras manifestações das crises periódicas aparecem, assim, ligadas ao processo de divisão do trabalho e da sua conseqüente divisão de classes que rompe pouco a pouco com o antigo esquema de planejamento coletivo da produção da riqueza material necessária a manutenção da vida. A concentração de riqueza tende a sobrepor-se a comunidade e aos indivíduos, as crises periódicas foram o seu resultado. Para Marcelo Braz e José Paulo Netto (2007, p. 156-7), as crises cíclicas, tipicamente capitalistas, caracterizam-se pela superprodução de valores de uso, diferentemente das crises pré-capitalistas que eram caracterizadas pela subprodução dos valores de uso, e expressam-se de forma mais evidente e sistemática a partir da sincronização do ciclo industrial no século XIX às vésperas do capitalismo monopolista.

Para Behring e Boschetti (2009, p. 84), Keynes perseguiu “portas de saída capitalistas para a crise do próprio capitalismo”, ou seja, Keynes buscou respostas mais democráticas que se afastavam do *New Deal* e, vigorosamente, do Nazi-facismo, mediante questionamento de alguns dos mais importantes princípios da economia política, como a lei de Say (ou Lei dos Mercados), para a qual a oferta criava sua própria demanda, o que impediria que o capitalismo fosse aturdido por crises de superprodução.

A economia capitalista até a eclosão da crise de 1929-1932, continuou a ser concebida como um mecanismo autorregulatório. Desta forma, ao questionar o liberalismo ortodoxo indicando que alguns dos principais pressupostos da economia política clássica não davam conta de explicar tal situação, Keynes rompeu com o dogma da naturalização da economia, pois segundo sua análise,

a operação da *mão invisível* do mercado não necessariamente produziria a harmonia entre o interesse egoísta dos agentes econômicos e o bem-estar global, como o demonstraram a grande depressão e a guerra. As escolhas individuais entre investir ou entesourar, por parte do empresariado, ou entre comprar ou poupar, por parte dos consumidores e assalariados poderiam gerar situações de crise, em que haveria insuficiência de demanda efetiva e ociosidade de homens e máquinas (desemprego). A demanda efetiva, segundo Keynes, é aquela que reúne bens e serviços para os quais há capacidade de pagamento. Quando há insuficiência de demanda efetiva, isso significa que não existem meios de pagamento suficientes em circulação, o que pode levar à crise. Nesse sentido, o Estado deve intervir, evitando tal insuficiência (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p.85).

Keynes concebia a economia como uma ciência moral que, por meio da intermediação da moeda, possibilitava escolhas e opções e o Estado como agente do bem comum, neutro, que, por sua vez, deveria intervir no sentido de obter uma visão global da sociedade e da economia, contendo o caráter instável da economia capitalista, já que a *mão invisível* era incapaz de produzir a harmonia entre os interesses egoístas dos agentes econômicos individuais. Em outros termos, caberia

ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia. A política keynesiana, portanto, a partir da ação do Estado, de elevar a demanda global, antes de evitar a crise, vai amortecê-la através de alguns mecanismos, que seriam impensáveis pela burguesia liberal *stricto sensu* (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 86).

Estes mecanismos consistiam em medidas:

a planificação indicativa da economia, na perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção na relação capital/trabalho através da política salarial e do “controle de preços”; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinada a uma política de juros; e as políticas sociais (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 86).

Tais medidas tinham, por objetivo alcançar algum controle dos ciclos econômicos, retirar o mundo capitalista da grande depressão e evitar que as decisões dos agentes econômicos

individuais, especialmente o empresariado, dessem origem novamente a uma crise de tal proporção. Neste sentido,

o Estado devia manter uma política tributária alta, formando um superávit que deve ser utilizado para o pagamento das dívidas públicas e para a formação de um fundo de reserva a ser investido nos períodos de depressão [...] Tal intervenção estatal [...] tinha em perspectiva um programa fundado em dois pilares: pelo emprego e maior igualdade social, o que poderia ser alcançado por duas vias a partir da ação estatal: 1. Gerar emprego dos fatores de produção⁴ via produção de serviços públicos, além da produção privada; 2. Aumentar a renda e promover maior igualdade, por meio da instituição de serviços públicos, dentre eles as políticas sociais (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 86).

O pensamento keynesiano trouxe consigo um conceito de Estado interventor que, por meio do fundo público, passou a ter o papel de regular as ações dos agentes econômicos individuais. Esta regulação, por sua vez, se fundamentaria no pleno emprego e na instituição dos serviços públicos tais como as políticas sociais, como acima expresso, que teriam como objetivo controlar o desemprego e fazer vigorar o mercado que se encontrava estagnado devido à crise de 1929-1932 e as duas Guerras Mundiais.

Entretanto, o bem-estar ainda devia ser procurado no mercado, o que mudaria é que, daquele momento em diante, tornar-se-ia aceitável as “intervenções do Estado em áreas econômicas, para garantir a produção, e na área social, sobretudo para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho: idosos, deficientes e crianças” (BEHRING E BOSCHETTI, 2009, p. 86).

Tem-se claro que o Estado Keynesiano não tinha por objetivo “o abandono do capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção. Keynes defendeu a liberdade individual e a economia de mercado, mas dentro de uma lógica que rompia com a dogmática liberal-conservadora da época” (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 84). Por mais que trouxesse uma contestação à economia política clássica e sua forma de lidar com os ciclos econômicos Keynes não buscava a superação do capitalismo ou outra coisa do tipo, na verdade, o seu questionamento ao liberalismo ortodoxo era no sentido de desenvolver o capitalismo, não freá-lo. Neste sentido, o liberalismo heterodoxo de Keynes combinou-se as

mudanças intensas no mundo da produção, por meio do fordismo que também se generaliza no pós guerra, com novos produtos e processos de produção, e também por meio da indústria bélica, no contexto da Guerra Fria. Essa é a base material que vai propiciar a expansão dos direitos sociais (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 83).

David Harvey é a referência de Behring e Boschetti (2009) ao tratarem da base material deste processo, o fordismo. Para as autoras, o que teria diferenciado Ford de seus

4 Behring e Boschetti (2009, p.84) utilizam o termo fatores de produção para se referirem ao conjunto formado por: homens, matérias-primas, auxiliares e máquinas.

contemporâneos foi entender que produção em massa exigia consumo em massa. Para tal, tendo como base os princípios da organização científica de Taylor, levou a cabo a disjunção entre o produtor e o produto do seu trabalho, ao substituir o trabalho artesanal pelo trabalho segmentado comandado pela linha de montagem, que propiciou um radical aumento da produtividade, na medida em que se introduziu uma rígida decomposição do processo de trabalho e da organização das tarefas.

Este momento histórico – isto encontra-se presente de uma forma ou de outra nos autores/as aqui estudados/as – requereu mais que uma mudança de caráter produtivo, econômico ou político. Para a sustentação da “onda longa expansiva” do capitalismo maduro, o capitalismo dos monopólios, era preciso “a difusão em massa do novo *ethos* consumista de massas” (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 86). Ford conseguiu apreender e estimular entre a classe trabalhadora o seu potencial de mercado consumidor. Daí ter precisado proceder a uma “reeducação”, “reorientação” dos costumes, valores e moral da classe trabalhadora.

As mudanças produzidas pelo fordismo iam além da dimensão econômica. A chamada relação social fordista apresentou-se como um esforço no sentido de produzir um novo trabalhador, um novo homem, inserido em uma “nova” sociedade capitalista. A eficácia da articulação entre consumo em massa e produção em massa, como forma de evitar grandes abalos na sociedade capitalista, “implicava o controle sobre o modo de vida e de consumo dos trabalhadores” (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 87).

Behring e Boschetti (2009, p. 89), em sua análise dos fundamentos sócio-históricos dos “30 anos dourados” do capitalismo, que aqui estudamos, argumentam que

Houve naquele momento, uma melhoria efetiva nas condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, com acesso ao consumo e ao lazer que não existiam no período anterior, bem como uma sensação de estabilidade no emprego, em contexto de pleno emprego keynesiano, diluindo a radicalidade das lutas sociais e levando a crer na possibilidade de combinar acumulação e certos níveis de desigualdade.

Teria sido fundamental nesse processo de tirar a radicalidade das lutas sociais a sua condução pelos partidos social-democratas que impulsionaram o isolamento da esquerda revolucionária, com os desdobramentos da III Internacional e da Guerra Fria. Ainda conforme Behring e Boschetti (2009, p. 89),

Essa derrota histórica e a capacidade de regeneração do capitalismo com base no keynesianismo-fordismo constituem os processos que dão fôlego aos “anos de ouro” do capital. Contudo, estes tiveram duração limitada e foram processos historicamente situados, cujo esgotamento viria a partir da segunda metade dos anos 1960. Resultou desse conjunto de determinações a possibilidade político-econômica e histórica do *Welfare State*.

A derrota histórica dos trabalhadores e a expansão capitalista por meio da associação entre keynesianismo e fordismo são a base da “onda longa expansiva” do sistema do capital, que abre espaço para a emergência dos Estados sociais em suas mais diversas formas. No que se refere especificamente às experiências do *Welfare State*⁵, Behring e Boschetti (2009, p. 92) mostram que, para Pierson, há “três elementos que marcam esse período como a ‘idade de ouro’ das políticas sociais”. Esses três elementos seriam:

o crescimento do orçamento social em todos os países da Europa que integravam a OCDE, cuja média de gasto, em relação ao produto interno bruto, passou de 3%, em 1914, para 5%, em 1940, entre 10% e 20% em 1950 e 25% em 1970. Outro deles é o crescimento incremental de mudança demográfica, expresso pelo aumento da população idosa nos países capitalistas centrais, que ampliou os gastos com aposentadorias e saúde, e pelo aumento da taxa da população economicamente inativa que mudou a relação contribuinte (ativo) e usuário das pensões (inativo). O terceiro é o crescimento seqüencial (sic) de programas sociais no período (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 92).

A expansão dos programas sociais teria ocorrido de forma similar em quase todos os países que desenvolveram formas de Estados sociais. Os primeiros benefícios disponibilizados por esses programas sociais correspondiam a cobertura de acidentes de trabalho na indústria. Em seguida estendeu-se até os trabalhadores rurais e depois ao restante da população. Para Behring e Boschetti (2009, p. 93), os programas que derivam dos “anos de ouro” apontados por Pierson referem-se às “políticas sociais de tipo bismarckiano, baseadas na lógica do seguro, iniciada na Alemanha, no final do século XIX”. Na percepção das referidas autoras o desenvolvimento de tais políticas de certo

têm suas origens nas reivindicações da classe trabalhadora durante o século XIX, tendo sido ampliadas no “consenso pós-guerra”, sobretudo com a influência do *Plano Beveridge* publicado na Inglaterra em 1942 (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 93).

O *Plano Beveridge* “propunha uma nova lógica para a organização das políticas sociais, a partir da crítica aos seguros bismarckianos (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 93). A nova lógica proposta por este Plano superava a lógica securitária de tipo bismarckiano, ao passo que incorporava “um conceito ampliado de seguridade social [...] que provocou mudanças significativas no âmbito dos seguros sociais até então predominantes (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 93).

5. Sobre a utilização do termo *Welfare State*, Behring e Boschetti (2009, p. 97) fazem a seguinte ressalva: “É importante reconhecer que o termo *Welfare State* origina-se na Inglaterra e é comumente utilizado na literatura anglo-saxônica. Mas há outras designações, que nem sempre se referem ao mesmo fenômeno e não podem ser tratadas como sinônimo de *Welfare State*. É o caso do termo *Etat-Providence* (Estado providência), que tem origem no Estado social na França e o designa, enquanto na Alemanha o termo utilizado é *Sozialstaat*, cuja tradução literal é Estado social” (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 97). *Welfare State*, Estado-providência etc. são expressões utilizadas para designar historicamente a forma de regulação estatal na economia e área social, que trazem em si peculiaridades que muitas vezes não são incorporadas ou traduzidas com o devido cuidado.

Outros dois autores estudados por Behring e Boschetti (2009) para refletir sobre o a experiência do *Welfare State* foram Mishra e Johnson. Estes autores definem o *Welfare State* como uma experiência iniciada na Inglaterra, que teve como principais aspectos a ampliação e a universalização de serviços sociais como a saúde, assistência social, educação, habitação, intervenção estatal na economia, pleno emprego (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 94).

Behring e Boschetti (2009, p. 94) advertem que para Marshal “é um equívoco confundir o *Welfare State* anglo-saxão com o *Plano Beveridge* ou atribuir exclusivamente a Sir William Beveridge a autoria do sistema inglês”. Para este autor o *Welfare State* traria em si a associação das forças políticas conservadora, liberal e socialista. O *Plano Beveridge* seria a representação de um dos aspectos do *Welfare State* britânico, o da seguridade social. A respeito da contribuição de Marshal para a temática aqui analisada elas comentam:

O esquema de Marshal referenciou um amplo debate que se dá até os dias de hoje. Especialmente no que se refere à política social, ele traz a questão para o centro do debate político, econômico e sociológico, fornecendo argumentos importantes em sua defesa, mas pouco consistes do ponto de vista explicativo. Trata-se de um raciocínio que não passou sem críticas, em que pese sua importância para a projeção de um novo patamar civilizatório nos marcos do capitalismo – o que é discutível –, no qual haveria uma singular combinação entre acumulação e equidade (sic). Percebe-se que Marshal situava a experiência do *Welfare State* como uma espécie de fim humanista da história. Criava também uma medida de civilidade centrada na experiência européia (sic), a despeito da história concreta de cada país (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 102).

As estratégias do keynesianismo-fordismo junto as formulações sobre a cidadania de Marshal foram paradigmáticas das transformações societárias em curso naquela época e deram a política social um novo estatuto teórico. Isso não quer dizer que a desigualdade de classes foi eliminada. Pelo contrário, segundo Behring e Boschetti (2009, p. 101), para Marshal haveria uma compatibilidade entre cidadania e desigualdade de classe, já que a evolução da cidadania moderna teria por característica um mercado com limites, não a eliminação desta desigualdade.

Para finalizar, Behring e Boschetti (2009, p. 103) apontam que os “anos de ouro” do capitalismo “regulado” começaram a se exaurir no final dos anos 1960 quando as expectativas de pleno emprego começam a ser contrariadas pela já restrita absorção das novas gerações pelo mercado devido o incremento de tecnologias poupadoras de mão de obra. Somou-se a isso o crescimento das dívidas públicas e privadas, a explosão da juventude em 1968 e a primeira recessão de 1973-1974. Estes teriam sido os sinais contundentes para as referidas autoras “de que o sonho do pleno emprego e da cidadania relacionada à política social havia terminado no capitalismo central e estava comprometida na periferia do capital, onde nunca se realizou efetivamente” (idem). As elites político-econômicas culpavam a atuação agigantada do Estado *mediador civilizador*, o Estado ou Estados de Bem-Estar, pelo fim da “onda longa

expansiva” do capital e a saída encontrada desta vez consistiria no afastamento do Estado da esfera econômica.

3. ESBOÇO DE UMA INTERPRETAÇÃO CRÍTICA DO ESTADO DE BEM-ESTAR: ATÉ QUE PONTO PODEMOS CHEGAR?

Segundo Lessa (2011), diversos autores que se situam teórica e politicamente da direita à esquerda, problematizam a *categoria* Estado de Bem-Estar. Suas considerações, no entanto, com poucas exceções, ou a afirmam como uma radical virada na história da sociedade capitalista e/ou como um avanço significativo na luta pelo aprofundamento da democracia. Para alguns da esquerda a luta democrática pelo aprofundamento da democracia levaria até mesmo ao socialismo democrático.

Neste sentido despontam, até hoje, teses que apontam os benefícios do Estado de Bem-Estar. Lessa (2011) problematiza algumas dessas teses, como a de Esping-Andersen, só que realiza uma análise acerca da tese desse autor distinta da que faz Behring e Boschetti (2009).

Para Lessa (2011), a tese da desmercadorização de Esping-Andersen, que supostamente possibilitaria a solidariedade de classe e a ação coletiva, por meio da qualidade dos direitos sociais personificados através das políticas sociais, que condicionariam a luta e a identidade dos trabalhadores, aproximando os indivíduos mais da livre escolha e não da necessidade, ao fim, nada mais propunha que a estruturação das desigualdades por meio do Estado de Bem-Estar.

Por isso, Lessa (2011, p. 9) assevera que “o Estado de Bem-Estar – aquele que desmercadoriza – não passa de uma maneira de organizar as desigualdades”. Um dos maiores problemas dos estudos acerca dos Estados de Bem-Estar de Esping-Andersen é exatamente o fato de não expressar a favor de quem se dá esta estruturação da ordem social.

Ferran Requejo Coll, por sua vez, afirmaria que o Estado de Bem-Estar é a retomada da democracia grega de tradição republicana e descreve o neoliberalismo como uma abertura a uma transição para um Estado pós-materialista marcado pela solidariedade que viria de um novo horizonte ético. Esse Estado pós-materialista seria um sistema supraestatal de Bem-Estar, expresso através dos *novos movimentos sociais* e suas reivindicações.

Outro texto acerca do Estado de Bem-Estar analisado por Lessa (2011, p. 12) foi o de Corrigan e Leonard, no qual apontariam que “o Estado de Bem-Estar seria expressão da luta dos trabalhadores, com o que este teria adquirido uma tal autonomia frente ao capital que poderia representar os trabalhadores contra o capitalismo. Tal perspectiva está presente entre os liberais, os conservadores e também na esquerda, por meio da concepção de que o Estado

de Bem-Estar seria o resultado da luta da classe trabalhadora e constituiria o processo de eterno desenvolvimento democrático da humanidade.

Segundo Lessa (2011, p. 13)

Ainda que não exatamente da forma que encontramos nos autores acima, no debate contemporâneo, tanto no Serviço Social quanto em outras áreas das ciências humanas, têm predominado teorias que concebem o Estado de Bem-Estar como um positivo avanço no sentido da “democratização”. Por vezes, entende-se que, como vivemos em uma sociedade de classes, toda melhoria na condição de vida dos trabalhadores implica numa diminuição da exploração e, portanto, em uma perda de renda por parte da burguesia. Um programa estatal de construção de casas populares seria necessariamente uma vitória arrancada pela luta dos trabalhadores contra a exploração e opressão.

Neste sentido,

As políticas públicas, ao generalizarem aos trabalhadores serviços como transportes, educação, saúde, moradia, etc., implicariam necessariamente em uma vitória dos trabalhadores contra a burguesia. O Estado de Bem-Estar deveria ser defendido e aprofundado – pois o aprofundamento das vitórias dos trabalhadores necessariamente seria um passo em direção ao socialismo (LESSA, 2011, p. 14).

A questão passou a girar em torno de quem conseguiria a maior fatia do Estado, não em questionar o próprio Estado. As políticas públicas de forma generalizada passaram a ser afirmadas como conquistas da classe trabalhadora, sem que se tivesse a real noção do quanto tais “conquistas” contribuam ou não para a luta. Desta forma,

A defesa dos “direitos sociais”, deixa de ter qualquer elemento de crítica ao Estado e à propriedade privada. Forte presença entre nós, ainda que não de modo tão generalizado, foram as teorizações que levaram avante esta concepção até atingirem as suas últimas consequências: se o Estado no capitalismo era capaz de ser portador das necessidades dos trabalhadores e, portanto, poderia servir de mediação para a transição ao socialismo, ele não mais poderia ser o “comitê executivo da classe dominante” (numa versão vulgarizada da famosa passagem de *O Manifesto Comunista*) (LESSA, 2011, p. 14).

Essa concepção encontraria uma considerável difusão entre vários autores, Entre eles Leffort, para quem a história vem sufocando a verdadeira experiência democrática. Neste sentido o suposto Estado de Bem-Estar seria essa verdadeira experiência democrática, pois seria uma conquista da luta dos trabalhadores contra as forças absolutistas, reacionárias como o *Ancien Régime* e a experiência soviética.

Para Lessa (2011, p. 15),

Esta concepção de mundo é a mesma que compartilha da tese de que o Estado de Bem-Estar teria sido uma ruptura com o passado e, analogamente, que explica o neoliberalismo como uma “revisão” (uma nova ruptura) do Estado de Bem-Estar. É aqui que autores como Esping-Andersen e Coll contribuem com ideias e concepções que são fundidas com as teses de Leffort e as teorizações acerca do Estado ampliado, associadas a uma concepção marxista vulgar da luta de classes e da reprodução do capital, e as teses pós-modernas da democratização da democracia de Bouventura de Souza e Santos e, por fim mas não por último, de alguns elementos do último Habermas – um ecletismo a toda prova! Esta enorme confusão de ideias fundamentos é muito difícil de ser delimitada com alguma precisão, mas em compensação é muito útil na confusão entre socialismo e luta por direitos.

Todos esses autores, não da mesma forma, dão a entender que o Estado de Bem-Estar seria resultado e conquista da luta dos trabalhadores. No entanto, como isso teria ocorrido não se explica e quando se tenta fazer é de forma mais que superficial ou se alega que essa é uma evidência inquestionável. Para Lessa (2011), muitas das teorizações mais respeitadas acerca do Estado de Bem-Estar encontram-se repleta de evidências inquestionáveis que não passam muitas vezes de uma confusão teórica ou subjetivismo, pois não encontram amparo na realidade, Essa seria a principal debilidade dessas teorizações: ignorar os fatos históricos.

O Estado de Bem-Estar teria democratizado o acesso à riqueza, teria democratizado as relações políticas (o Estado, a relação do indivíduo com o Estado, etc.) e teria feito avançar a luta dos trabalhadores em direção ao socialismo (isto na ala à esquerda). Os dados históricos indicam que nada disso teria ocorrido nos anos do Estado de Bem-Estar (LESSA, 2011, p. 15).

Lessa (2011), busca na história a comprovação ou não da real existência do chamado Estado de Bem-Estar e seria a partir de tal critério que encontraria os fundamentos para afirmar que tal categoria não é lá muito precisa, que os argumentos mais confiáveis quanto a sua existência não seriam lá muito confiáveis. Tal afirmação abre espaço, por sua vez, para o desvelamento e acréscimo de novos elementos que seriam de vital importância para compreendermos não só a relação entre Estado e sociedade, mas a própria essência do Estado.

Os elogios ao Estado de Bem-Estar têm como um de seus pontos de sustentação as estatísticas sobre a democratização da distribuição de renda e riqueza no período dos “30 anos dourados”, como vimos no item anterior. Para o referido autor, estas questões raramente são levadas em consideração quando se fala em Estado de Bem-Estar. O que encontramos seria uma opinião generalizada que afirmaria uma melhora considerável na distribuição de renda e riqueza. O que já prejudicaria qualquer análise por misturar renda e riqueza como se significassem a mesma coisa.

Em decorrência deste tipo de imprecisão, ao avaliar-se a distribuição de renda torna-se possível incluir elementos que não deveriam ser considerados como tal, como é o caso dos programas sociais em suas mais diversas formas. Desta maneira, infla-se a renda dos assalariados mais pobres impedindo que se faça a distinção entre o que realmente é salário e o que não é. Junto a isto, outra manobra utilizada para proclama-se as benfeitorias do Estado de Bem-Estar seria manipular, de acordo com a necessidade de *consumo mínimo indispensável* do capital, o padrão aceitável de pobreza. A partir daí alega-se que nos países onde supostamente existiu o Estado de Bem-Estar que os mais pobres ascenderam à linha da pobreza, consumiram mais, tiveram mais acesso.

Relacionada à afirmação da “persistente” diminuição da desigualdade através da distribuição mais equitativa da renda e da riqueza está a da democratização do acesso as políticas públicas. Mas, como a imprecisão no que se refere à democratização da renda e riqueza, a democratização das políticas públicas, também, mostrou-se algo bem impreciso e em descompasso com a realidade.

Especificamente no Serviço Social brasileiro contemporâneo, tais teorizações sobre o Estado de Bem-Estar parecem ter amortecido a capacidade crítica alcançada até pouco tempo pela profissão, o que reduziu em plena segunda década do século XXI nossa contribuição ao debate a uma “colaboração crítica construtiva” que se ajusta as necessidades do sistema, enquanto massas humanas são submetidas a condições cada vez mais deploráveis de vida.

4. CONCLUSÃO

Como procuramos mostrar ao longo do nosso trabalho, os autores aqui estudados partem de um período histórico em comum para problematizar o chamado Estado de Bem-Estar. Porém, os caminhos que percorrem, o que encontram e o que concluem levam em grande parte às análises distintas.

Tanto Behring e Boschetti (2009) como Lessa (2012) centram suas análises no período histórico conhecido como “30 anos dourados” do capitalismo. Teria sido neste período, que vai do pós Segunda Guerra Mundial até a crise do fim dos anos 1960, início dos anos 1970, que o chamado Estado de Bem-Estar, em suas diversas formas, veio à tona nos países centrais da economia capitalista. Logo, este teria sido um fenômeno historicamente situado.

Dessa forma, verifica-se que o debate acerca do desenvolvimento histórico e do legado social e econômico do Estado de Bem-Estar requer ir além do que se convencionou afirmar no âmbito do estudo das políticas sociais e, por conseguinte, do Serviço Social. Ao contiguar os estudos de Behring e Boschetti (2009) e Lessa (2012), coloca-se como questão para a reflexão até que ponto a ideia comum de que os chamados “30 anos dourados” teriam existido como uma conquista da classe trabalhadora e a ela beneficiado ao arrancar da linha abaixo da pobreza parte daqueles/as que a compunham e, também, no mesmo sentido, se a reflexão sobre esse fenômeno histórico deve se concentrar em mensurar os ganhos para a classe trabalhadora ou apontar que a luta desta classe passou a se concentrar, não na superação do sistema do capital, mas na disputa pelo controle do Estado, que é em si, parte fundante e constituinte do sistema sociometabólico do capital e instrumento de dominação capitalista.

REFERÊNCIAS:

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LESSA, Sergio. **O que é, mesmo, o Estado de Bem-Estar?**. 2011. Manuscrito.